

Resenha Crítica *Saúde Mental, Adoecimento e Trabalho Docente e Saúde Mental dos Professores em Contextos de Precarização: Perspectivas sobre a Educação Contemporânea* Os dois artigos analisados abordam uma temática de extrema relevância no cenário educacional contemporâneo: a saúde mental dos professores e o impacto das condições de trabalho sobre o bem-estar psíquico desses profissionais. Embora apresentem enfoques complementares, ambos convergem na constatação de que a precarização do trabalho docente, intensificada por políticas neoliberais e pelas transformações recentes na educação, tem produzido um aumento significativo dos casos de sofrimento psíquico, estresse e adoecimento entre os educadores. O texto “*Saúde Mental, Adoecimento e Trabalho Docente*”, de Jerto Cardoso da Silva e colaboradores (2023), publicado na *Psicologia Escolar e Educacional*, busca compreender as percepções dos professores do ensino fundamental acerca de sua saúde mental e das condições laborais em que estão inseridos. Baseado em uma pesquisa qualitativa com docentes da rede pública, o estudo revela que as jornadas extensas, a pressão por resultados, a desvalorização da profissão e a falta de apoio institucional constituem fatores determinantes para o sofrimento mental. Os autores destacam que a docência tem se tornado uma atividade emocionalmente exaustiva, muitas vezes marcada pelo isolamento, pela sobrecarga e pela ausência de reconhecimento social. Concluem, portanto, que a melhoria da saúde mental docente passa pela valorização profissional e por políticas institucionais que favoreçam o cuidado e o suporte psicológico. Já o artigo “*Saúde Mental dos Professores em Contextos de Precarização: Perspectivas sobre a Educação Contemporânea*”, de Gracielle Aguiar e colaboradores (2024), publicado na *Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades*, amplia o debate ao articular dados de relatórios internacionais (UNESCO, OCDE, OIT) com uma revisão bibliográfica sobre o tema. A pesquisa enfatiza que a precarização do trabalho, agravada por reformas educacionais de cunho neoliberal e pela intensificação das exigências produtivas, tem comprometido seriamente o equilíbrio emocional dos professores. A pandemia de COVID-19 aparece como um ponto de inflexão, evidenciando a falta de suporte institucional e a sobrecarga de responsabilidades. O artigo propõe a implementação de políticas de apoio psicosocial, a redução da carga horária e a criação de ambientes escolares colaborativos e saudáveis, ressaltando que o bem-estar docente é condição indispensável para a qualidade da educação. Ao comparar as duas produções, nota-se que ambas compartilham a compreensão de que o adoecimento docente não é um fenômeno individual, mas estrutural, resultante de condições de trabalho marcadas pela desvalorização e pela lógica produtivista imposta às escolas. Enquanto o primeiro texto oferece uma perspectiva mais empírica, centrada nas vozes dos professores e em suas experiências cotidianas, o segundo adota uma visão mais ampla e analítica, dialogando com relatórios e estudos internacionais. Juntos, os artigos constroem um panorama

crítico sobre a realidade da educação contemporânea, em que o sofrimento dos educadores reflete o descaso histórico com a profissão docente. A análise crítica desses textos permite refletir sobre a necessidade urgente de repensar o papel do professor e de resgatar a dimensão humana do trabalho educativo. A saúde mental dos docentes não pode ser tratada apenas como uma questão individual, mas como uma pauta coletiva, que exige políticas públicas consistentes, investimento em formação continuada e condições dignas de trabalho. Ambos os estudos revelam que, sem professores saudáveis e motivados, não há como garantir uma educação de qualidade nem a construção de uma sociedade mais justa e consciente. Assim, os dois artigos contribuem significativamente para o debate sobre o trabalho docente, ao denunciar as contradições do sistema educacional e propor caminhos para a valorização e o cuidado com os profissionais da educação. Mais do que uma análise acadêmica, essas reflexões representam um chamado ético e político pela humanização das relações escolares e pelo reconhecimento do professor como sujeito de direitos, e não apenas como executor de tarefas.